

Márcio Pinho de Carvalho

EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

2ª edição

Revista e Ampliada

BRASIL 2020

**EDITORA
PROCESSO**

Rio de Janeiro

2020

EDITORA PROCESSO

Tels: (21) 3128-5531 / (21) 3889-8181 / (21) 2209-0401

www.editoraprocesso.com.br

www.catalivros.com.br

Distribuição exclusiva da Catalivros Distribuidora Comércio Ltda ME

Copyright© 2020 Márcio Pinho de Carvalho

Todos os direitos reservados.

Conselho Editorial

Maria Celina Bodin de Moraes (*Presidente*)

Luiz Edson Fachin

Ana Carolina Brochado Teixeira

Ana Frazão

Antônio Augusto Cançado Trindade

Antônio Celso Alves Pereira

Caitlin Sampaio Mulholland

Carla Adriana Comitre Giberton

Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho

Cleyson de Moraes Mello

Eneas de Oliveira Matos

Eugênio Facchini Neto

Fernando de Almeida Pedroso

Hélio do Vale Pereira

Joyceane Bezerra de Menezes

Marco Aurélio Lagreca Casamasso

Marco Aurélio Peri Guedes

Marcos Ehrhardt Jr.

Maria Cristina De Cicco

Mariana Pinto

Martonio Mont' Alverne Barreto Lima

Mauricio Moreira Menezes

Melhim Namem Chalhuh

Ricardo Calderón

Sergio Campinho

Zeno Veloso

Diagramação - Mariana Carvalho

Capa - Alexander Marins

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Carvalho, Márcio Pinho de

C343c Execução de medidas socioeducativas - 2ª edição revista e ampliada /
Márcio Pinho de Carvalho

Rio de Janeiro: Processo 2020

246p. ; 23cm

ISBN 978-85-93741-75-3

1. Direito penal. 2. Brasil. I. Título.

CDD 343.810922

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

| | |
|--------------------|---|
| APRESENTAÇÃO | 7 |
|--------------------|---|

| | |
|------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
|------------------|----|

Capítulo 1

| | |
|---|----|
| ASPECTOS INICIAIS. ATO INFRACIONAL. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. REMISSÃO | 17 |
|---|----|

| | |
|---------------------------------------|----|
| 1.1 Definição de ato infracional..... | 17 |
|---------------------------------------|----|

| | |
|---|----|
| 1.2. Medidas socioeducativas. Natureza jurídica. Espécies | 21 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| 1.3. Remissão. Noções gerais. Impossibilidade de internação-sanção. Necessidade de nomeação de defesa técnica | 30 |
|---|----|

Capítulo 2

| | |
|---|----|
| EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS | 41 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| 2.1. Aspectos gerais. Marcos legais | 41 |
|---|----|

| | |
|--------------------------|----|
| 2.1.1. Competências..... | 43 |
|--------------------------|----|

| | |
|---|----|
| 2.1.2. Dos Planos de Atendimento Socioeducativo. Dos Programas de atendimento | 49 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| 2.1.3. Da avaliação e acompanhamento da gestão do atendimento socioeducativo. Do financiamento e das prioridades | 63 |
|--|----|

| | |
|------------------------|----|
| 2.1.4. Princípios..... | 68 |
|------------------------|----|

| | |
|---------------------------------|----|
| 2.2. Espécies de Execução | 81 |
|---------------------------------|----|

| | |
|--|----|
| 2.2.1. Execução de internação provisória | 83 |
|--|----|

| | |
|--|-----|
| 2.2.2. Execução provisória de medida socioeducativa | 85 |
| 2.2.3. Execução definitiva de medida socioeducativa | 92 |
| 2.3 Atores do processo de execução..... | 92 |
| 2.4. Formação dos autos de execução..... | 97 |
| 2.4.1. Representação..... | 102 |
| 2.4.2. Certidão de antecedentes..... | 103 |
| 2.4.3. Sentença e acórdão que aplicou a medida socioeducativa | 104 |
| 2.4.4. Estudos técnicos realizados durante a fase de conhecimento | 105 |
| 2.4.5. Certidão da ciência da sentença pelo adolescente..... | 106 |
| 2.4.6. Termo de remissão como forma de suspensão, extinção ou exclusão do processo | 110 |
| 2.4.7. Certidão de trânsito em julgado | 113 |
| 2.5. Primeiros procedimentos após a formação da execução | 114 |
| 2.6. Do Plano Individual de Atendimento – PIA..... | 116 |
| 2.7. Reavaliação. Prazo. Legitimados para requerer em juízo. Motivos | 123 |
| 2.7.1. Audiência de reavaliação. Obrigatoriedade. Internação- sanção. Impossibilidade de regressão por prazo indeterminado | 132 |
| 2.8. Unificação de medidas socioeducativas | 150 |
| 2.9. Extinção da medida socioeducativa | 156 |
| 2.9.1. Morte do Socioeducando..... | 156 |
| 2.9.2. Realização da finalidade da medida..... | 158 |
| 2.9.3. Condenação criminal | 162 |
| 2.9.4. Doença grave | 165 |

| | |
|--|-----|
| 2.9.5. Prescrição | 168 |
| 2.9.6. Aplicação de medida mais severa..... | 176 |
| 2.9.7. 21 anos de idade..... | 179 |
| 2.9.8. Alcance do tempo máximo de cumprimento da medida | 181 |
| 2.9.9. Perda do caráter ressocializador..... | 182 |
| 2.10. Dos direitos individuais..... | 184 |
| 2.11. Da atenção integral à saúde | 198 |
| 2.11.1. Do atendimento a adolescente com transtorno mental e com dependência de álcool e de substância psicoativa | 205 |
| 2.12. Das visitas | 211 |
| 2.13. Dos regimes disciplinares | 217 |
| 2.14. Recursos nos processos de execução de medidas socioeducativas..... | 225 |
| REFERÊNCIAS | 239 |